

## O SERVIÇO SOCIAL COMO ARTICULADOR DA INCLUSÃO DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Geovanna dos Santos da Silva<sup>1</sup>  
Isabela Cristina Moraes Lopes<sup>1</sup>  
Silmara Cristina Ramos Quintana<sup>2</sup>

- 1- Discentes do 7º semestre do Curso de Serviço Social da Universidade Paulista – UNIP, Campus Campinas
- 2- Docente e coordenadora do Curso de Serviço Social da Universidade Paulista – UNIP, Campus Campinas

### RESUMO

Este trabalho propõe uma discussão englobando a importância da articulação do Serviço Social para a efetivação dos direitos dos usuários com Transtorno do Espectro Autista dentro da Instituição A.C.E.S.A Capuava – Valinhos/SP. O objetivo desta pesquisa é identificar como é realizado o processo de articulação da rede na lógica da equipe intersectorial e interdisciplinar, no qual enfatizamos a importância da inclusão das pessoas com TEA. Pretendendo analisar as políticas ofertadas pela instituição e como a inclusão passa a ser vinculada dentro da rede, garantindo assim os direitos do usuário com TEA e a importância da atuação do profissional de Serviço Social diante das demandas e necessidades das famílias. Sendo assim, para obtermos uma melhor concepção a partir dos dados levantados pelo método dialético, com interpretação dinâmica e totalizante da realidade presente na vida do usuário autista e sua família, possibilitou o aprofundamento nas particularidades do usuário e sua inclusão.

**Palavras Chaves:** Serviço Social; Autismo; Inclusão; Direito da Pessoa com Deficiência; Família; Direitos Humanos.

### ABSTRACT

This paper proposes a discussion encompassing the importance of the articulation of social work for the realization of the users with Autism Spectrum Disorder within the Institution A.C.E.S.A Capuava – Valinhos/SP. The objective of this research is to identify how the process of network articulation is carried out in the logic of the intersectoral and interdisciplinary team, in which we emphasize the importance of including people with ASD. Intending to analyse the policies offered by institution and how inclusions is now linked within the network, thus guaranteeing the rights of users with ASD and the importance of the social work professional's performance in the face of the demands and needs of families. Therefore, in the order to obtain a better conception form the data collected, the dialectical method will be used in the order to a dynamic and totalizing interpretation of the reality

present in the life of the autistic user and his family, enabling us to delve into the particularities of the user.

**Key Words:** Social Work; Autism; Inclusion; Rights of Persons with Disabilities; Family; Human Rights.

## **Desenvolvimento**

### **Introdução**

Nesta pesquisa iremos abordar a articulação da inclusão do usuário com Transtorno do Espectro Autista e a garantia de seus direitos, debatendo assim a importância da área do Serviço Social neste âmbito.

O contexto que originou essa reflexão foi a Associação Cultural Educacional Social e Assistencial – A.C.E.S.A Capuava, uma instituição que tem por objetivo potencializar o desenvolvimento do usuário, possibilitar capacidades de transformar e transcender toda condição de vida e trabalhar a inclusão de pessoas com deficiência, sendo intelectual, múltipla e auditiva, no qual o foco desta pesquisa se originou dentro do Transtorno do Espectro Autista. O tema se torna relevante para o Serviço Social, pois se trata da inclusão e do acesso aos direitos da pessoa com deficiência, se enquadrando no projeto ético-político da profissão.

Compreender o universo das políticas públicas e como ela desenvolve a proteção social, aprofundando nos princípios da política de assistência social e na oferta desta política para a proteção social especial, e dentro dessa proteção o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiências, Idosas e suas Famílias.

Tendo como objetivo realizar uma análise acerca do Serviço Social e o seu compromisso e atividades para efetivar a inclusão de pessoas com TEA, enfatizando as demandas que a própria profissão traz para dentro do serviço e analisar como uma equipe de multiprofissionais consegue trabalhar sendo tão fragmentada dentro da Política Pública com a lógica intersetorial, dentro do processo interdisciplinar/multidisciplinar e como é realizada a atenção às famílias dos usuários atendidos e toda instrumentalização para a realização das demandas recebidas dentro da A.C.E.S.A Capuava.

## **Uma Visão para Além do Transtorno do Espectro Autista e as Políticas Públicas**

### **Aspectos Gerais do Autismo**

O Autismo é um transtorno neurobiológico (também conhecido como Transtorno do Espectro Autista), caracterizado por déficits na comunicação, interação social e no comportamento (Savall e col. 2018, p. 17)<sup>1</sup> e pode ser definido da seguinte forma:

---

<sup>1</sup> Savall, A. C. R.; Ferreira, L; Finatto, M. Transtorno do Espectro autista: do conceito ao processo terapêutico [livro eletrônico]: 2 Definição do Transtorno do Espectro Autista, p. 17. São José [SC]: FCEE, 2018..

O transtorno do espectro autista caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 31)<sup>2</sup>.

Como citado acima, pessoas com Transtorno do Espectro Autista podem apresentar déficit na comunicação social ou interação social (como nas linguagens verbal ou não verbal e na reciprocidade socioemocional) e padrões restritos e repetitivos de comportamento, como movimentos contínuos, interesses fixos e seus interesses sensoriais (hipersensibilidade e/ou hiposensibilidade). Todos os pacientes com autismo partilham estas dificuldades, mas cada um deles é afetado em intensidades diferentes, resultando em situações bem particulares.

Normalmente manifestam-se a partir dos três anos de idade, podendo ser mais comum entre o sexo masculino do que no sexo feminino. Os Transtornos são condições permanentes que acompanham a pessoa por todas as etapas da vida.

### **Política Pública – Atenção do Estado na Lógica da Proteção Social**

A política pública possui um conjunto de diretrizes que visam assegurar determinados direitos presentes na Constituição Federal de 1988, sendo fundamental a participação do cidadão para a implementação e o controle social para a garantia do bem-estar das pessoas, presente em qualquer segmento seja ele social, cultural, étnico e econômico.

Diante desse contexto, compreende-se que todos possuem o direito à igualdade, sem nenhum tipo de discriminação, no qual comprova-se que a garantia de direitos é igual para todos perante a lei. Sendo assim, considerando o princípio da ideia de justiça social e equitativa, donde defende a igualdade de acesso a oportunidades e a condições de vida, diretamente relacionadas com a concretização dos direitos econômicos, políticos, sociais e culturais.

Dentre todas as perspectivas é necessário se ter um trabalho árduo com a pessoa com Transtorno do Espectro Autista dentro do âmbito das políticas públicas, para que exista a inclusão no mercado de trabalho, considerando o trabalho como categoria fundante do ser social, além da formação de base, da qualificação e formação continuada ofertada pelo acesso à educação.

Entre as políticas públicas existentes, temos a política de assistência social, como uma das possibilidades de articulação da proteção social.

### **Conhecendo a Política de Assistência Social**

---

<sup>2</sup> AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2014. Retirado do livro eletrônico: Transtorno do Espectro autista: do conceito ao processo terapêutico: 2 Definição do Transtorno do Espectro Autista, p. 17. São José [SC]: FCEE, 2018.

A assistência social sendo uma política pública do tripé da seguridade social, para efetivar a proteção social, reconhecida como dever do Estado e direito da população, assim já instituído no art. 203 da Constituição de 1988. Além da proteção social à família, e segmentos da população, determina especificamente, a proteção à pessoa com deficiência e ao idoso.

A qual passou a ser reconhecida como uma política para pessoas com TEA, no mesmo momento em que este transtorno passou a ser considerado como uma deficiência, assim como institui a Lei nº 12.764<sup>3</sup>, de 27 de dezembro de 2012 no seu § 2º A pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Diante deste contexto, é importante ressaltar a contribuição da Política Pública de Assistência Social, para a integridade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e às suas famílias na inclusão nas políticas públicas.

Sua organização é a partir de um sistema público não contributivo, de caráter participativo e descentralizado, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS) conforme descreve o art. 1º- da NOB-Suas/2012.

A política de assistência social, que tem por funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, organiza-se sob a forma de sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social - SUAS (BRASIL, 2012, pg. 16).

Responsável por articular e executar os programas, serviços e benefícios socioassistenciais, o SUAS executa suas ações de forma articulada e integrada às demais políticas sociais públicas para a garantia e defesa de direitos, assegurando os indivíduos e suas famílias em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, trabalhando assim o desenvolvimento de autonomia, para que a pessoa com deficiência passe a exercer plenamente a sua cidadania com total apoio e auxílio nas circunstâncias especiais.

Sua organização é através de níveis de proteção, (sendo a proteção básica e a proteção especial estando essa subdividida entre média e alta complexidade) e materializa-se por meio da prestação de serviços estruturados conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, objeto da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

No olhar da proteção social das famílias e indivíduos em situação de fragilidade, vulnerabilidade e risco social, para o SUAS, uma pessoa com deficiência é reconhecida como:

Aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação

---

<sup>3</sup> Lei nº 12.764/2012 diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno Espectro Autista.

plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2011)<sup>4</sup>.

Contudo, essas pessoas estão inseridas – ou possuem o direito de estarem- em serviço tipificado, podendo ter acesso aos outros serviços tipificados no âmbito da proteção social básica e especial, bem como os demais cidadãos.

### **Explorando a Proteção Social Especial**

A Proteção Social Especial se organiza na esfera do Sistema Único de Assistência Social, oferecendo serviços, programas e projetos de cunhos especializados, de média e alta Complexidade voltada aos indivíduos e famílias, incluindo pessoas com deficiência e idosas em situação de risco pessoal, social e/ou violação de direitos.

Tendo como objetivo contribuir para o fortalecimento/reconstrução de vínculos familiares fragilizados ou rompidos, sociais e comunitários. Diante do contexto apresentado, um exemplo, no caso da pessoa com deficiência, especialmente as com Transtorno do Espectro Autista pode haver a fragilização ou rompimento de vínculos, afastamento do convívio familiar por conta do seu Transtorno Neurobiológico, apresentando assim a precarização dos cuidados familiares nas situações de dependência da pessoa com deficiência.

Para articular as possibilidades de inclusão da pessoa com Transtorno do Espectro Autista é indispensável à garantia da proteção integral das pessoas com deficiência a que dela necessitarem, na perspectiva da construção da autonomia e da convivência familiar e comunitária.

### **Contemplando o Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias.**

O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias é um serviço voltado para pessoas com deficiência e idosas com algum grau de dependência ou que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas, precarização e/ou falta de cuidados adequados por parte do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, entre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.

Tendo como propósito promover a autonomia, inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes. É necessário que tenha uma equipe especializada e pautada no valor da família e do cuidador, visando à redução da exclusão social do dependente e do cuidador. O serviço pode ser ofertado através de CREAS – Centro de Referência

Especializado de Assistência Social, Unidades Referenciadas ao CREAS, no domicílio do usuário e/ou Centro-Dia<sup>5</sup>.

Segundo a Tipificação Nacional de Assistência Social de 2009, o objetivo deste serviço é desenvolver ações especializadas para a superação das situações violadoras de direitos que contribuem para a intensificação da dependência, promovendo apoio às famílias na tarefa de cuidar, diminuindo a sua sobrecarga de trabalho e utilizando meios de comunicar e cuidar que visem à autonomia dos envolvidos e não somente cuidados de manutenção. E para que esses objetivos sejam alcançados é desenvolvido trabalho social realizado pela equipe composta por profissionais de diversas áreas, como assistentes sociais, psicólogos e terapeutas ocupacionais.

No qual possibilitam a integração e articulação entre as políticas públicas de educação, saúde e assistência social, sendo assim, todas voltadas para implementação da inclusão. Assim como instituído nas diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista conforme seu Art. 2º. a): A intersectorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista (BRASIL, 2012)<sup>6</sup>.

Para que os direitos dos usuários do serviço sejam mantidos, em primeiro lugar é importante que o profissional de Serviço Social saiba o seu papel e a sua importância para que assim consiga trabalhar em equipe (fisioterapeuta, pedagogo, psicólogo, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, médico e entre outros) em prol do usuário.

### **A Intervenção do Assistente Social na Garantia dos Direitos do Usuário com Transtorno Do Espectro Autista**

A atuação do assistente social se desenvolve por intermédio de suas atribuições na elaboração, efetivação e avaliação de políticas públicas sociais, em diversificados espaços da proteção social, em políticas intersectoriais. Tendo como dever assessorar ou defender, atender e garantir os direitos do usuário, assim como previsto no Código de Ética do/a Assistente Social.

Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e autoritarismo. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento profissional (BRASIL, 1993)<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> Oferece atenção integral à pessoa com deficiência em situação de dependência durante o dia, servindo de apoio sócio familiar e aos cuidadores familiares, sendo assim, uma alternativa coletiva de cuidados pessoais.

<sup>6</sup> Lei nº 12.764/2012 diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno Espectro Autista.

<sup>7</sup> CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) – Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993, Código de Ética do Assistente Social.

Nesse sentido, os profissionais devem intervir de modo que os usuários possam reconhecer o caminho da busca de sua autonomia devido às especificidades de seu quadro clínico, através da socialização de informações, inserção deles em projetos, programas e serviços e realização de seus direitos.

O assistente social, segundo Damasceno e col. (2017), é o profissional que possibilita a realização de uma aproximação sucessiva dos indivíduos com TEA com a realidade presente, entendendo as particularidades, desvelando as demandas imediatas e, assim, encontrando respostas profissionais sustentáveis.

A atuação do profissional de Serviço Social, nos casos do usuário com Transtorno do Espectro Autista, tem objetivo de desenvolver estratégias para estimular e potencializar recursos do usuário e suas famílias no processo de habilitação, reabilitação e inclusão social, oferecer possibilidades de desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades, contribuir na defesa dos direitos e estímulo à participação da pessoa com deficiência no meio social, bem como na busca de eliminação de barreiras, na luta contra o preconceito e discriminação no qual esse público é alvo.

### **A Atenção Voltada para a Família Do Usuário com TEA**

A família do usuário com TEA necessita de cuidados e atenção tanto quanto ele pela responsabilidade que ela traz consigo, e com isso vem o medo e insegurança. Para algumas famílias receber o diagnóstico pode ser bem difícil e quando desconhecem sobre o assunto o impacto sobre a família pode ser grande e conseqüentemente podem vivenciar uma insegurança ainda maior e até mesmo desencadear um isolamento social no qual se afasta da convivência familiar e da sociedade pelo simples fato do filho/filha ter sido diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista.

Contudo, é de extrema importância ter esse cuidado com a família para não se sentirem mais fragilizadas e expostas pela situação em que estão vivendo.

Nesse sentido, é primordial que todos os membros do grupo familiar recebam atenção e cuidado, sejam incluídos no sistema de proteção social, posto que ao se doar para garantir o pleno desenvolvimento e qualidade de vida do membro com um transtorno como aqui tratamos de TEA, os demais membros ficam fragilizados demandando que recebam um olhar sistêmico das equipes profissionais que os acompanham.

O tempo entre o momento em que os pais notam que algo está “errado” até ao momento em que o médico reconhece que algo está “errado” pode ser longo e provoca sofrimento e frustração, pois sentem que poderiam ter começado a intervir mais cedo caso o diagnóstico fosse precoce (MATEUS, 2015, p.34)<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> MATEUS, Manuela Maria Reis. O Assistente Social da criança autista e sua família. Instituto de Serviço Social do Porto, p. 34. 2015.

É importante que tenha o apoio necessário para o suporte da família do usuário, desde que suas especificidades sejam atendidas para que ocorra o fortalecimento do papel protetivo da família.

No entanto, desde o momento em que as famílias começam a refletir sobre seus sentimentos, sobre como deverão agir diante de determinada situação, torna-se assim, necessário o acompanhamento por profissionais que auxiliam na aceitação e para passarem na fase do “luto” após o diagnóstico. No caso do Transtorno do Espectro Autista, o “luto” utilizado, refere-se à perda de uma criança previamente idealizada.

De acordo com Damião e Angelo (2001), o impacto de um diagnóstico de uma doença pode propiciar à família a vivenciar as mesmas fases do luto, inclusive a negação, sendo estas uma adaptação pelas quais perpassam as pessoas quando perdem algo almejado ou significativo. Neste caso, a figura do filho idealizado que não nasceu (PINTO, 2013, p. 43)<sup>9</sup>.

No qual, se torna um momento difícil para as famílias, por conta de não saber lidar com os novos desafios, é necessário um trabalho para que o seu filho não passe a sentir também os sentimentos e tensões que trazem a família consigo, um auxílio profissional para que os pais possam seguir em frente e caminhar no dia-a-dia com seus filhos e auxiliarem no que for necessário. Por isso são fundamentais a autoajuda e a procura de ajuda, para que possam lidar com esses novos desafios e descobrir uma forma de lidar sem sobrecarregar e deixar a pressão tomar conta de si, gerando uma dinâmica familiar conflituosa e desgastante.

### **A Realidade Frente ao Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias**

A instituição A.C.E.S.A Capuava é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que se rege pelo seu Estatuto Social e pela legislação específica, atua na defesa dos Direitos da Pessoa com deficiência no município de Valinhos e região. No qual, seu público alvo são crianças, jovens e adultos com deficiência. O principal objetivo desta instituição é o desenvolvimento das potencialidades humanas, através de atendimento multidisciplinar nas áreas da saúde, educação, assistência social e cultura.

A instituição executa serviços de atendimento às pessoas com deficiência há mais de 17 anos, e mantém parcerias com poder público através de convênios com a Prefeitura Municipal de Valinhos e Louveira. Em âmbito institucional os usuários atendidos no que se refere a:

- Faixa etária: (75%) dos assistidos são crianças e adolescentes e os jovens e adultos somam (25%);
- Gênero: (76%) dos assistidos são do sexo masculino e (24%) feminino;
- Tipo de deficiência: Múltipla (2,8%), Física (5,7%), Intelectual/mental (14,2%), auditiva/surdez (14,2%) e Autismo (62,8%)<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> PINTO, Rayssa Naftaly Muniz. Do Luto A Luta: Compreendendo A Participação Da Família No Cuidado A Criança Com Transtorno Do Espectro Autista. Universidade Federal De Campina Grande – UFCG, p. 43. 2013.

<sup>10</sup> Fonte: Informações retiradas do banco de dados da instituição A.C.E.S.A Capuava, com adaptação das autoras (2020).

Voltada para a instituição, a seguinte pesquisa diz respeito ao Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas famílias, aos direitos e políticas sociais voltados para o usuário com Transtorno do Espectro Autista, transparecer a participação de uma equipe interdisciplinar e/ou multidisciplinar e especialmente a atuação do profissional de Serviço Social. Nesse contexto, para obtermos um olhar crítico sobre este tema, é fundamental sermos capazes de questionarmos alguns aspectos referentes ao processo de inclusão do usuário com TEA na instituição.

Por isso pretende-se assim responder a seguinte problemática: compreender a realidade da instituição, suas potencialidades e seus desafios e como vem sendo efetivado o processo de inclusão do usuário com TEA? E considerando as demandas emocionais e sociais do usuário com TEA, a rede intersetorial do município de Valinhos está organizada para efetivar o direito de inclusão desses usuários e de suas famílias? Essa rede trabalha na lógica da interdisciplinaridade? E frente à especificidade da pessoa com TEA, quais são as principais demandas que geram para seu núcleo familiar?

Dado a primeira problemática acima, a hipótese acerca do mesmo se constitui compreender a realidade da instituição, suas potencialidades e seus desafios, podemos reconhecer que a mesma visa ser referência na inclusão social dos indivíduos, potencializar a qualidade de vida e possibilitar que eles sejam integrados à sociedade, criar oportunidades para que seus talentos e habilidades sejam apreciados e respeitados. Obter recursos suficientes para atender demandas de pessoas com deficiência buscando atendimento.

Perante a segunda problemática foi considerado a hipótese, sabendo das demandas emocionais e sociais dos usuários com TEA, a rede intersetorial do município de Valinhos/SP, está organizada para efetivar o direito de inclusão desses usuários e de suas famílias através do trabalho interdisciplinar, com todos os profissionais que intervêm no processo e cuja finalidade seja comum, criando assim condições para que a diversidade seja respeitada.

Por fim, a terceira problemática obteve como hipótese, frente à especificidade da pessoa com TEA. Sabemos que há demandas no qual passam a envolver as famílias. Diante disso, a família do usuário da instituição também deverá ter a estrutura necessária assim com os seus filhos com TEA, pois devem se mobilizar, se adaptar diante às novas circunstâncias, na qual apresentam dificuldades em alguns pontos do desenvolvimento familiar. Sendo assim fundamental orientar e identificar e fazer o uso de recursos e defender seus direitos, desde o modo trabalhado assim no planejamento, organização e administração dos serviços, programas, projetos e benefícios para o bem-estar do usuário e suas famílias.

Contudo, em meio a este contexto, a presente pesquisa teve por objetivo geral analisar o processo de inclusão do usuário com TEA na sociedade, especialmente, na instituição especificando os direitos garantidos pela rede municipal de Valinhos/SP.

Especificamente, identificar o processo de inclusão do usuário com TEA na instituição, através de revisão bibliográfica a nível nacional e internacional; e de estudo de casos em

relação aos usuários do município de Valinhos/SP; desvelar o trabalho profissional das equipes intersetoriais e interdisciplinares se a ação se efetiva através do sistema de garantia de direitos municipal; e por último, verificar se há interação familiar no processo de inclusão do usuário com TEA.

Para o presente estudo, foi utilizado a abordagem qualiquantitativa para a compreensão e explicação da temática. O objetivo desta abordagem será explicativo, realizando assim uma pesquisa bibliográfica. O procedimento utilizado é o levantamento de dados. Para uma melhor concepção da temática foi utilizado o método dialético.

### **Uma Análise sobre o Serviço Social no Processo de Inclusão.**

A partir dos dados coletados entramos em contato com legislações e com autores que referendam o tema do autismo e do Serviço Social como articulador da inclusão, dentro de cada assunto desvelado no decorrer do trabalho. Através disto, nota-se que hipóteses foram confirmadas e serão tratadas a seguir e os objetivos foram parcialmente alcançados.

### **Análise Acerca Das Políticas Públicas Ofertadas Pela Instituição.**

Diante do levantamento realizado através de documentos disponibilizados pela instituição, conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, “A partir da identificação das necessidades, deverá ser viabilizado o acesso a benefícios, programas de transferência de renda, serviços de políticas públicas setoriais, atividades culturais e de lazer (BRASIL, 2014, p. 37)<sup>11</sup>”, a instituição executa o Serviço de Educação o Atendimento Educacional Especializado (AEE), através de termo de colaboração operacional e técnica junto a Secretaria de Educação. Executando o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias através de termo operacional junto a Secretaria de Assistência da Prefeitura Municipal de Valinhos/SP.

A Cultura com a Lei nº 8.313/1991<sup>12</sup> mais conhecida como Lei Rouanet, cuja a finalidade na instituição é o incentivo à cultura, através da realização de oficinas culturais para os usuários. A instituição está na espera da captação de recursos através do Conselho Estadual dos Direitos da Criança do Adolescente (Condeca)<sup>13</sup> que possuem um projeto aprovado.

---

<sup>11</sup> Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. 2014, Reimpressão, p. 37.

<sup>12</sup> Denominada como a Lei Federal de Incentivo a Cultura, contribui para que milhares de projetos culturais aconteçam todos os anos, em todas as regiões do país. Por meio dela, empresas e pessoas físicas podem patrocinar espetáculos – exposições, shows, livros, museus, galerias e várias outras formas de expressão cultural – e abater o valor total ou parcial do apoio do Imposto de Renda. >

<sup>13</sup> Visa à seleção de projetos a serem financiados integral ou parcialmente com recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – FEDCA/SP e apresentados por organizações da sociedade civil e por Municípios paulistas interessados em celebrar Termo de Fomento e Convênio, respectivamente, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades ou ações que auxiliem na promoção, proteção e defesa de direitos, ou em programas para cumprimento de medidas socioeducativas, de crianças, adolescentes, famílias com crianças ou adolescentes, instituições, gestores, operadores e outros agentes nos termos da Lei Federal nº 8.069, de 13/07/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

A Política de Saúde com o PRONAS/PCD<sup>14</sup>, está aguardando a aprovação do Ministério da Saúde para iniciar. Atualmente os atendimentos da área da saúde são realizados com os próprios recursos da instituição.

A promoção de inclusão se faz necessária através do conjunto de políticas públicas, assegurando o direito de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico, ou seja, correspondendo a direitos assegurados, assim promulgados na Constituição Federal de 1988 Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988)<sup>15</sup>.

Porém nem sempre ocorre como o esperado, às falhas dentro do sistema da Política Pública tem um embasamento de não correspondência dentro do Estado, muitas vezes levando toda a demanda para o cidadão. Como por exemplo, a lista de espera fazendo com que o usuário não tenha acesso ao direito de ter uma vaga.

Contudo, a política pública, neste contexto deve ser mais aprimorada e ampliada dentro de seu sistema para que todos os cidadãos da sociedade tenham acesso aos seus direitos garantidos. As políticas públicas estão organizadas para que os usuários com TEA e a suas famílias sejam incluídos dentro da sociedade, sem nenhuma distinção de qualquer natureza (BRASIL 1988)<sup>16</sup>.

### **Análise acerca da composição da equipe profissional da instituição – Atuação da equipe na lógica intersetorial e interdisciplinar.**

Em meio a isso, para que a instituição consiga realizar um atendimento de forma mais eficaz com os usuários, são executadas atividades voltadas para o desenvolvimento e o conhecimento das potencialidades, viabilizando a independência dos usuários com Transtorno do Espectro Autista, para a efetivação destas atividades, a instituição conta com uma equipe de profissionais.

Art. 6. Inc. XIII. Garantia aos profissionais das condições necessárias para a oferta de serviços em local adequado e acessível aos usuários, com a preservação do sigilo sobre as informações prestadas no atendimento socioassistencial, de forma a assegurar o compromisso ético e profissional estabelecidos na Norma Operacional Básica de Recurso Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2012, p. 18)<sup>17</sup>.

A instituição encontra-se de acordo com NOB/RH – SUAS<sup>18</sup> nos parâmetros da equipe de referência para a prestação de Serviços da Proteção Social Especial de Média

---

<sup>14</sup> Programa Nacional de Apoio da Saúde da Pessoa com Deficiência, desenvolvido para incentivar ações e serviços desenvolvidos por entidades, associações e fundações privadas sem fins lucrativos, que atuam no campo da oncologia e da pessoa com deficiência.

<sup>15</sup> BRASIL, Constituição Federal de 1988, CAPÍTULO II, art. 6.

<sup>16</sup> BRASIL, Constituição Federal de 1988, TÍTULO I, art. 3. Inc. IV.

<sup>17</sup> BRASIL, Norma Operacional Básica – Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), 2012, art.6, inc. XIII p.18.

<sup>18</sup> Norma Operacional. Básica de Recursos Humanos – NOB-. -RH/SUAS, 2011, Brasília [DF], p.32.

Complexidade. Sendo assim, o serviço mantém sua intervenção voltada a diminuição da exclusão social e ao desenvolvimento da independência e potencialidades de seus usuários, constituindo como polo de referência, coordenador e articulador da Proteção Social Especial de Média Complexidade.

Ainda na lógica da interdisciplinaridade, dentre os serviços prestados na instituição, compreende-se através da busca o que é cada serviço e como os mesmos são realizados dentro da instituição, sendo realizados de uma forma ampla e a intervenção de cada profissional acontece através de cada demanda recebida.

Conforme a Tipificação Nacional de Assistência Social de 2009, o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias tem como objetivo desenvolver ações especializadas para a superação das situações violadoras de direitos que contribuem para a intensificação da dependência, promovendo apoio às famílias na tarefa de cuidar, diminuindo a sua sobrecarga de trabalho e utilizando meios de comunicar e cuidar que visem à autonomia dos envolvidos e não somente cuidados de manutenção.

Assim como institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Art. 2º. Inc. I “A intersectorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista (BRASIL, 2012)<sup>19</sup>”.

Contudo, toda a equipe passa a se envolver nas articulações das políticas públicas em que o usuário está inserido, seja na saúde, educação e/ou assistência social, todas elas voltadas para a implementação a inclusão dos usuários [...] com equipes multiprofissionais de saúde mental, compostas basicamente por psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais e, às vezes, também por enfermeiros, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos (VASCONCELOS, 2010, P. 25).

Segundo Vasconcelos (2010), para que seja realizado esse trabalho interdisciplinar e/ou multidisciplinar, os profissionais do âmbito da saúde mental estão organizados para que os usuários sejam inseridos na sociedade, viabilizando seus direitos, autonomia e potencialidades. Ou seja, é necessário que todo o núcleo de profissionais se comprometa com as articulações das políticas públicas em que o usuário está inserido, seja na saúde, educação e/ou assistência social, todas elas voltadas para a implementação da inclusão dos usuários.

Apesar disto, o trabalho da equipe multidisciplinar é um trabalho que não se fragmenta, mas que entra em coesão, onde os profissionais de outras áreas acabam interferindo na atuação dos outros profissionais, no qual a especialização do conhecimento contribui para um cuidado fragmentado que pode ser superado através da interdisciplinaridade.

### **Análise acerca da atenção aos usuários e suas famílias atendidas na instituição.**

Compreendemos que o convívio do grupo familiar dentro da vida do usuário é de extrema importância, como foi citado no Capítulo I no qual a família pode auxiliar na

---

<sup>19</sup> BRASIL, Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, 2012, art. 2, inc. I.

orientação dos cuidados, na redução direta ao estresse e no desenvolvimento pessoal de cada integrante da família diante da realidade que vivem.

O tempo entre o momento em que os pais notam que algo está “errado” até ao momento em que o médico reconhece que algo está “errado” pode ser longo e provoca sofrimento e frustração, pois sentem que poderiam ter começado a intervir mais cedo caso o diagnóstico fosse precoce (MATEUS, 2015, p.34).

Contudo para que se tenha um bom desenvolvimento entre ambas partes, apesar de todas as dificuldades e estresses no dia-a-dia é de suma importância que os pais trabalhem o seu próprio crescimento para o relacionamento com o seu filho ser mais sadio.

Mediante a isto, a instituição, possui serviços que passam a desenvolver ações com os seus usuários e suas famílias, para que tenham apoio, informações, orientações e encaminhamentos, focando em suas qualidades de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltando o caráter preventivo do serviço (BRASIL, 2014, p.25), através do levantamento de dados, conseguimos compreender o que é cada serviço e como os mesmos são realizados dentro da instituição, sendo executado de uma forma ampla e a intervenção de cada profissional acontece através de cada demanda que a instituição recebe.

Dentro da instituição, conseguimos compreender a forma que se trabalha com os usuários a habilitação e reabilitação de cada um através de atendimentos realizados na instituição, com vistas a estimular aspetos globais de desenvolvimento da pessoa com deficiência com o foco na potencialidade e não nas dificuldades; segundo a Constituição Brasileira de 1988 a habilitação e reabilitação se faz essencial na integração da vida dessa pessoa, conforme Art. 203. Parágrafo IV: “A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária (BRASIL, 1988)<sup>20</sup>”.

O Serviço de Atendimento Educacional Especializado para crianças e adolescentes com deficiência intelectual, múltiplas e Transtorno do Espectro Autista, oferta programas complementares de Educação Especial aos alunos matriculados na rede de ensino pública municipal regular, na Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos até 18 anos. E para que haja o apoio à inclusão esse serviço tem como base a Política Nacional da Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), sabe-se que diante deste contexto, a criança apresentará um grau maior de dificuldade em se adaptar às regras sociais e ao novo ambiente, com isso, passa a crer que a inclusão escolar possa proporcionar oportunidades de convivência com crianças da mesma faixa etária, constituindo-se num espaço de aprendizagem e de desenvolvimento da competência social.

---

<sup>20</sup> BRASIL, Constituição Federal de 1988, art. 203, inc.IV.

O Atendimento Educacional Especializado tem o intuito de acompanhar a criança no âmbito escolar, a visita nas escolas é realizada por uma equipe multiprofissional, com a fonoaudióloga, psicóloga e a pedagoga no qual elas passam a analisar a situação de cada criança dentro da educação e possíveis encaminhamentos, verificando assim como anda o seu desenvolvimento, para traçar novas metas e realizar um trabalho em conjunto com a escola, a inclusão do usuário com TEA e enfatizando a importância da inclusão dentro os seus sistemas educacionais.

### **Intervenção do Assistente Social na garantia dos direitos do usuário com TEA: uma análise a respeito da atuação do profissional dentro da instituição.**

O profissional de Serviço Social inserido no espaço ocupacional da Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias deverá intervir contando com a ética, posicionamento em favor da equidade e justiça social, que passam a assegurar seus usuários na forma da universalidade de acesso aos bens e serviços, sendo como os princípios fundamentais deles.

Neste sentido, é de extrema importância que o assistente social realize uma leitura da realidade social, definindo suas competências e atribuições necessárias diante o enfrentamento da Questão Social presente em seu cotidiano para que sua intervenção passe a ser qualificada, de modo que os usuários possam reconhecer o caminho da busca de sua autonomia devido às especificidades de seu quadro clínico, através da socialização de informações, da inserção deles em programas e serviços e da realização de seus direitos. Ainda que disponha de relativa autonomia na efetivação de seu trabalho, o assistente social depende da organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis, e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional. Ora, se assim for, a instituição não é um condicionante a mais do trabalho do assistente social. Ela organiza o trabalho do qual ele participa (IAMAMOTO, 2005 p. 63).

Na atual conjuntura, dentro da lógica capitalista da organização estatal, as instituições passam a se organizar reduzindo as equipes profissionais, posto que a contrapartida estatal não atende os custos efetivamente, expondo o profissional de Serviço Social a uma sobrecarga de atendimentos.

De acordo com o Código de Ética Profissional do Assistente Social, o trabalho interdisciplinar e/ou multidisciplinar deve exigir respeito e solidariedade com os outros profissionais, respeitando seu espaço de trabalho e sua postura ética profissional. Art. 10. e) respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões (CFESS, 1993, p.33).

O Serviço Social se insere na equipe de modo a contribuir para o aperfeiçoamento da capacidade de integração da equipe multiprofissional, que une profissionais de diversas áreas, soma conhecimentos e agrega valor aos atendimentos realizados na instituição,

desenvolvendo ações que promovem o desenvolvimento global da pessoa com deficiência com foco na potencialidade e não nas dificuldades.

É essencial que a instituição realize articulações para que os profissionais de Serviço Social e demais profissionais não fiquem sobrecarregados e tenha suas ações efetivadas com qualidade nos serviços prestados.

Conforme Prates (2012)<sup>21</sup>, “às condições de trabalho do Assistente Social estão fragilizadas devido às contratações e salários precários, sobrecarga de trabalho, pouco suporte na estrutura física e recursos para o desenvolvimento da intervenção no cotidiano das instituições”, ou seja, além do assistente social vender sua força de trabalho, ele não é reconhecido como deveria ser. A instituição pesquisada possui uma boa estrutura física e recursos materiais para o desenvolvimento do serviço, incluindo os salários dos profissionais da instituição.

É notável hodiernamente que os assistentes sociais dentro de sua categoria ainda não venceram o desafio de ser reconhecido como profissionais que lutam pela garantia efetiva de direitos sociais da sociedade e não serem apenas executores de tarefas.

### **Considerações Finais**

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou a análise da articulação do Serviço Social no âmbito da inclusão do usuário com Transtorno do Espectro Autista na instituição A.C.E.S.A Capuava na cidade de Valinhos/SP. Ao darmos início em nossa pesquisa, foram apresentados alguns desafios principalmente na parte teórica, passando a salientar a importância de alimentar o conhecimento acadêmico envolvendo este assunto no âmbito do Serviço Social. Através de um conjunto de conhecimentos da prática tanto do profissional de Serviço Social, quando dos profissionais que fazem parte do processo de inclusão, contribuindo na construção de documentos com diferentes perfis e profundidades, como textos educativos, panfletos, artigos e compartilhando estes conteúdos para o enriquecimento acadêmico.

Referindo-se à atuação da equipe na lógica intersetorial e interdisciplinar, percebe-se que para a realização do trabalho na perspectiva interdisciplinar, é fundamental que qualquer profissão não esteja afastada de outras profissões, além disso, é importante ressaltar que é necessário saber definir seu espaço de fala e atuação, sendo fundamental para que se tenha a troca entre os saberes.

Já na perspectiva do papel do assistente social na promoção e consolidação dos direitos dos usuários e suas famílias em meio à instituição, conseguimos compreender a fragilidade do Serviço Social dentro da instituição, no qual existe uma sobrecarga muito grande em cima dos

---

<sup>21</sup> PRATES, Angela Maria Moura Costa. A profissão de Serviço Social e as condições de trabalho dos assistentes sociais na região de Guarapuava- PR, p. 208. 2012.

profissionais, levando muitas vezes a correria e ao trabalho sob pressão, aumentando assim o cansaço físico e psicológico físico e psicológico dos dois profissionais de Serviço Social que atuam na instituição.

Em meio a isto, para que estes profissionais passem a intervir mediante aos usuários e suas famílias a sua atuação deverá ser qualificada dentro das dimensões do Serviço Social, no seu trabalho ético-político, teórico-metodológica e técnico-operativa.

Nesse sentido, os profissionais devem ser criativos, assertivos e criar situações juntos aos espaços ocupacionais para demonstrar suas ações e assim intervir de modo que os usuários possam reconhecer o caminho da busca de sua autonomia devido às especificidades de seu quadro clínico, através da socialização de informações, da inserção deles em programas e serviços e da realização de seus direitos.

## Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014. Retirado do livro eletrônico: Transtorno do Espectro autista: do conceito ao processo terapêutico: 2 Definição do Transtorno do Espectro Autista, p. 17. São José [SC]: FCEE, 2018. Disponível em: <[http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/linha\\_cuidado\\_atencao\\_pessoas\\_transtorno.pdf](http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtorno.pdf)> Acesso em: 24 de abr. de 2020.

**BRASIL**, Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília: CFESS, Conselho Federal de Serviço Social, 1993, art. 10, e), p.33. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)> Acesso em: 27 de março de 2020.

**BRASIL. Lei nº 12.664, de 27 de dez. de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**, Brasília, [DF], dez 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm)> Acesso em: 21 mai. 2019.

**BRASIL, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Reimpressão 2014, Brasília [DF]. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf)>

**BRASIL, Norma Operacional Básica – Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)**, 2012, art.6, inc. XIII p.18. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS\\_2012.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf)> Acesso em: 27 de março de 2020.

DAMASCENO, Maria Aparecida; ALMEIDA, Roseli De; VOLPATO, Luci Martins Barbatto. **Trabalho do Assistente Social e a Saúde da pessoa com Transtorno do Espectro Autista: Contribuições do Serviço Social na garantia do direito na utilização Serviços**

**Públicos de Saúde**, 2017. Disponível em:

<<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/6104>> Acesso em: 10 de nov. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela, CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 10 ed. São Paulo: Cortez; Lima (Peru): CELATS, 2005, p. 63 Disponível:

<http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-relacoes-sociais-e-servico-social/view>>.

MATEUS, Manuela Maria Reis. **O assistente social da criança autista e sua família**.

Instituto de Serviço Social do Porto, p. 34. 2015. Disponível em:

<<http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/12352/1/Manuela%20Maria%20Reis%20Mateus.pdf>> Acesso em: 06 de abril de 2020.

PINTO, Rayssa Naftaly Muniz. **Do Luto a Luta: Compreendendo a Participação da Família no Cuidado a Criança com Transtorno do Espectro Autista**. Universidade

Federal De Campina Grande – UFCG, p. 43. 2013. Disponível em:

<<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/10545/1/RAYSSA%20NAFTALY%20MUNIZ%20PINTO%20-%20TCC%20ENFERMAGEM%202013.pdf>> Acesso em: 05 de junho de 2020.

PRATES, Angela Maria Moura Costa. A profissão de Serviço Social e as condições de

trabalho dos assistentes sociais na região de Guarapuava- PR, p. 208. 2012. Disponível em:

<[https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi0w7yhjtzoAhXIHlkGHRT1AlsQFjAAegQIAhAB&url=http%3A%2F%2Fwww.uel.br%2Fvistas%2Fue1%2Findex.php%2Fssrevista%2Farticle%2Fdownload%2F8743%2F11643&usg=AOvVaw1b8RIWQKrXfwNDDU\\_8U2hl](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi0w7yhjtzoAhXIHlkGHRT1AlsQFjAAegQIAhAB&url=http%3A%2F%2Fwww.uel.br%2Fvistas%2Fue1%2Findex.php%2Fssrevista%2Farticle%2Fdownload%2F8743%2F11643&usg=AOvVaw1b8RIWQKrXfwNDDU_8U2hl)> Acesso em: 09 de abr. de 2020.

SAVALL, A. C. R.; FERREIRA, L; FINATTO, M. **Transtorno do Espectro autista: do**

**conceito ao processo terapêutico [livro eletrônico]: 2 Definição do Transtorno do Espectro Autista**, p. 17. São José [SC]: FCEE, 2018. Disponível

em:<[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha\\_cuidado\\_atencao\\_pessoas\\_transtorno.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtorno.pdf)> Acesso em: 24 de abr. de 2020.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 25